



Encontro
da Rede **10^o**
de Estudos Rurais

**“Terra, Fome e Poder:
Desafios para o rural contemporâneo”.**

27 a 31 de Agosto de 2023, UFSCar, São Carlos – SP

SEGURANÇA ALIMENTAR E A LEGITIMAÇÃO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ABAG

Marina Lobo Gibson¹

GT 6: Elites e classes dominantes do campo: estudos sobre poder e dominação no “andar de cima” do mundo rural brasileiro.

RESUMO

O presente artigo analisa como o tema da segurança alimentar foi mobilizado na criação da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG), primeira associação intersetorial do agronegócio no Brasil. Em 1993, mesmo ano de sua criação, a ABAG lançou o livro “Segurança Alimentar – Uma Abordagem de *Agribusiness*”, o qual advogava pela necessidade de se tratar do *agribusiness* brasileiro. No livro, a segurança alimentar é identificada como a “principal responsabilidade social” do setor, sendo este responsável por sua garantia. À época da criação da ABAG, o tema da segurança alimentar ganhava força no debate público brasileiro, sendo mobilizada principalmente pela sociedade civil organizada, em uma leitura que defendia um modelo de produção antagônico àquele apoiado pelos setores patronais da agricultura. O artigo pretende identificar, portanto, como a segurança alimentar foi apropriada pela ABAG afim de disputar as narrativas sobre o tema, legitimando sua atuação e reforçando a importância do setor no país.

Palavras-chave: agronegócio; segurança alimentar; legitimação; ABAG

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ), marinalobogibson@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O ano de 1993 foi marcado pela criação da Associação Brasileira de *Agribusiness* (ABAG), a primeira associação intersetorial do agronegócio no Brasil. A criação da entidade formalizou um movimento que havia se fortalecido no país em meados dos anos 1980 e que advogava pela necessidade de se tratar do *agribusiness* brasileiro. O conceito, criado em 1955 por John H. Davis e Ray A. Goldberg, ambos pesquisadores da Universidade de Harvard, buscava aplicar uma visão sistêmica ao setor agrícola, referindo-se não somente à produção agropecuária *per se*, mas também às funções ligadas a ela, a montante e a jusante, a partir de uma perspectiva intersetorial (POMPEIA, 2021).

Quando da apresentação da ABAG no Congresso Nacional, seu Presidente-fundador, Ney Bittencourt de Araújo, destacou as duas missões da entidade: “conscientizar os segmentos formadores de opinião e decisórios do país [...] para a importância e a complexidade do sistema do *agribusiness*” e “[...] transformar a ABAG em importante ferramenta de apoio ao planejamento do *agribusiness* brasileiro” (ABAG, 2013, p. 12). Tem-se, portanto, que a ABAG surge tendo o objetivo de constituir-se como a entidade responsável por representar os interesses comuns dos diferentes agentes da cadeia de alimentos e fibras, pavimentando o caminho para a consolidação política e ideológica do setor (BRUNO, 2022)

No mesmo ano de sua criação, a associação lançou o livro “Segurança Alimentar – Uma Abordagem de *Agribusiness*”. A introdução do livro cumpre o papel de ressaltar a importância de se tratar do *agribusiness* no Brasil, destacando a interação entre os distintos elementos da cadeia agropecuária brasileira. Se por um lado justificava-se o uso do conceito a partir do agenciamento de dados macroeconômicos, como a importância do setor no PIB, nas exportações e na geração de empregos, o argumento central do livro baseava-se na definição da segurança alimentar como dependente do *agribusiness* brasileiro, de forma que o seu título refletiria a “principal responsabilidade social” do setor (ABAG, 1993, p. 11).

Ancorando-se nestes dois elementos legitimadores, a ABAG dá início a um movimento mais consolidado de criação de um projeto político-econômico para o agronegócio no país, preocupando-se em construir um discurso de legitimação para o *agribusiness* brasileiro (MORUZZI MARQUES, 1996).

À época da criação da ABAG, o tema da segurança alimentar começava a se consolidar no debate público brasileiro. A posse de Itamar Franco e a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) em 1993, mesmo ano de fundação da ABAG, fortaleceram a participação de atores da sociedade civil organizada que reivindicavam o tema e lutavam pela construção de um projeto político democrático-participativo para o tratamento da problemática da fome (ZIMMERMANN, 2011). Nesse sentido, o presente artigo tem por objetivo analisar como a criação da ABAG e a mobilização da segurança alimentar pela associação tencionavam disputar as narrativas sobre o tema no país como forma de legitimar sua atuação na política brasileira, relacionada com a ideia do que seria a “real” necessidade de desenvolvimento do país, em um momento em que a segurança alimentar emergia como uma temática de relevância no debate político.

Para alcançar este objetivo, será apresentado inicialmente um panorama acerca da trajetória do debate sobre a segurança alimentar no país, e como a ABAG se inseriu nessas discussões. Em seguida, será discutido como a construção da segurança alimentar pela entidade cumpria um papel de justificação para a própria e para o setor de forma mais ampla.

A TRAJETÓRIA DA SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL E O PAPEL DA ABAG

O tema da segurança alimentar começou a se consolidar no debate público brasileiro principalmente a partir dos anos 1990. A formação do Governo Paralelo pelo Partidos dos Trabalhadores (PT) em 1991, dirigido por Luís Inácio Lula da Silva, contava com a proposta de uma Política Nacional de Segurança Alimentar, cuja formulação sugeria que, “tornada um objetivo estratégico de governo, a segurança

alimentar nuclearia as políticas de produção agroalimentar, comercialização, distribuição e consumo de alimentos [...].” (MALUF; REIS, 2013, p. 22)

Com o *impeachment* do presidente Fernando Collor e a posse de Itamar Franco em 1993, a proposta do Governo Paralelo foi acatada e tomada como referência para a criação do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), concebido como um órgão de aconselhamento da Presidência da República, a ser composto por representantes da sociedade civil e Ministros de Estado. Destaca-se também a criação da campanha Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida no mesmo ano, a qual surgiu em decorrência do Movimento pela Ética na Política, criado à época do *impeachment* de Collor e que tinha o combate à fome entre suas prioridades (MALUF; REIS, 2013). Tendo como um de seus líderes o sociólogo e ativista Herbert de Souza, o Betinho, a campanha Ação da Cidadania tinha por lema “a fome não pode esperar”. Essa mudança no cenário político e no tratamento do problema da fome no governo Itamar Franco desencadeou na realização da I Conferência Nacional de Segurança Alimentar (CNSA), em 1994.

A I CNSA, organizada pelo CONSEA em parceria com o governo e com a Ação da Cidadania, teve como um de seus resultados a elaboração de um documento que estabelecia as condições para a construção de uma Política Nacional de Segurança Alimentar. Esta deveria se basear em três eixos principais, referentes à ampliação do acesso à alimentação, à garantia de saúde, nutrição e alimentação a grupos populacionais específicos, e à garantia da qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos e o seu aproveitamento (MALUF; REIS, 2013). O debate sobre a segurança alimentar se estabelece no Brasil, portanto, a partir de sua mobilização por atores da sociedade civil organizada que lutavam pela construção do que Silvia Zimmermann (2011) chama de um projeto político democrático-participativo para a problemática da fome. Segundo a autora, tal projeto

[...] tinha uma dimensão conflitiva com o modelo de desenvolvimento social em curso na época, pois defendia um formato de produção que beneficiava a pequena agricultura e a produção de alimentos básicos, para o atendimento das necessidades alimentares e nutricionais da população.

Também defendia a reforma agrária, por entender que a terra era patrimônio social, priorizando o interesse coletivo acima do interesse individual. Todos estes aspectos contribuíram para que ele adquirisse um estatuto de projeto político social, que carregava consigo uma visão de mundo de como tratar a pobreza, a miséria, a fome e a [segurança alimentar e nutricional]. (ZIMMERMANN, 2011, p. 22).

Cabe destacar, ainda, que o debate internacional acerca da segurança alimentar também havia sofrido uma recente inflexão. Após se tornar um tema de relevância internacional no período pós Segunda Guerra Mundial, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945 e a subsequente criação da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a segurança alimentar passou a ser associada à uma questão de produção de alimentos. Isto é, a segurança alimentar seria alcançada através de um aumento da produtividade agrícola dos países e da disponibilidade física de alimentos. Foi somente em 1983 que a concepção de segurança alimentar foi revisitada a fim de incluir a questão do acesso, sendo seu principal objetivo redefinido como a necessidade de assegurar que todas as pessoas tivessem acesso físico e econômico aos alimentos básicos que demandavam (SHAW, 2009). Tal inflexão teve ampla repercussão no debate internacional, alterando o diagnóstico da segurança alimentar de um foco exclusivo na quantidade de alimentos disponíveis para considerar também o acesso que as pessoas têm a esses alimentos (MALUF; REIS, 2013).

A Associação Brasileira do Agronegócio e a segurança alimentar

É neste cenário que é criada, em 1993, a Associação Brasileira de *Agribusiness* (ABAG), posteriormente Associação Brasileira do Agronegócio, junto ao lançamento do livro “Segurança Alimentar – Uma Abordagem de *Agribusiness*”. À época do lançamento do livro e da fundação da ABAG, o conceito de *agribusiness* estava sendo difundido no Brasil, com a apresentação do livro sendo voltada para argumentar a necessidade de uma visão sistêmica para se tratar da cadeia de alimentos e fibras no país. Assim, destacava-se que a criação da ABAG formalizava “[...] a existência de uma instituição representativa dos interesses comuns dos agentes das cadeias

agroeconômicas, de modo que possam expressar-se de maneira harmônica e coesa nas questões que lhes são comuns” (ABAG, 1993, p. 18). De acordo com Regina Bruno (2022),

Três aspectos marcam a entidade desde a sua criação: a preocupação com a produção de bens simbólicos com vistas ao fortalecimento político; a busca incessante pela formalização de um espaço próprio de representação para o *agribusiness* brasileiro (fóruns, comissões, colóquios, debates, presença na Organização Mundial do Comércio – OMC, entre outros eventos) e prioridade na elaboração de uma proposta estratégica de desenvolvimento (BRUNO, 2022, p. 10).

Em vistas à necessidade de uma estratégia de desenvolvimento que valorizasse o agronegócio brasileiro e o colocasse em seu centro e à proeminência que a segurança alimentar vinha ganhando no debate nacional, a ABAG reconhecia que “[...] o desenvolvimento sustentado do Brasil começa, necessariamente, pela Segurança Alimentar e, conseqüentemente, pelo fortalecimento da cadeia de alimentos e fibra” (ABAG, 1993, p. 10). Nesse sentido, a entidade assumia para o agronegócio a responsabilidade de garantir a segurança alimentar da população, associando esta diretamente ao fortalecimento do setor.

No livro lançado pela ABAG, a segurança alimentar é definida como a garantia ao “[...] acesso assegurado a todas as pessoas, em todos os tempos, ao alimento necessário a uma vida saudável” (ABAG, 1993, p. 26), uma definição que se aproximava à redefinição do conceito observada no cenário internacional na década anterior. Ancorando-se no argumento de que o *agribusiness* brasileiro seria responsável por parte significativa do PIB e das exportações, além de ser o principal empregador do Brasil, destaca-se a segurança alimentar do país como dependente do *agribusiness*, sendo o título do livro referente à “principal responsabilidade social” deste setor. Tem-se, portanto, que a própria noção de *agribusiness*, posteriormente traduzida para agronegócio, se difunde no país diretamente associada ao conceito de segurança alimentar. O agenciamento do tema funcionava, assim, como forma de justificar a importância do setor para o Brasil, na defesa de um modelo específico de desenvolvimento para o país. Moruzzi Marques (1996, p. 93) aponta que a

apropriação pela ABAG da noção de segurança alimentar “[...] torna a organização uma interlocutora importante no campo de disputa e produção ideológica relativo a Segurança Alimentar, introduzindo nas reelaborações da noção Segurança Alimentar o enfoque empresarial”.

Se, conforme Zimmermann (2011) propõe, o projeto democrático-participativo para a segurança alimentar em construção no Brasil refletia um modelo de desenvolvimento para o país que divergia daquele em curso, podemos pensar que a criação da ABAG e a inclusão da segurança alimentar em seu discurso cumpriam um papel de disputa narrativa. O debate brasileiro a respeito da segurança alimentar e as mudanças observadas no cenário internacional iam em direção à uma crítica da visão produtivista sobre a temática que preponderava até então. Com a questão do acesso no centro dos debates, os agentes dos setores dominantes da agropecuária brasileira, que se organizavam na conformação do campo político do agronegócio (POMPEIA, 2021), se engajavam para construir uma representação sobre a segurança alimentar que se alinhasse à uma visão do mundo social que estivesse de acordo com seus interesses e com as suas propostas de desenvolvimento para o país (BOURDIEU, 2009).

Gilbert e Henry (2012) apontam que o contorno dado a um problema é o que definirá as suas soluções, os atores que podem intervir na implementação dessas soluções e em nome de quais valores a ação pública será realizada. Assim, em um momento em que havia uma movimentação por parte da sociedade civil organizada brasileira para a construção de uma noção sobre a segurança alimentar que dialogava com uma visão de mundo antagônica àquela proposta pelos setores do agronegócio no país, estes se organizaram de forma a disputar esses discursos. A criação da ABAG e o lançamento do livro “Segurança Alimentar – Uma abordagem de *agribusiness*” podem ser compreendidos a partir dessa lente analítica.

A argumentação traçada no livro buscava associar a segurança alimentar ao fortalecimento do agronegócio brasileiro, incluindo os debates sobre acesso, mas

sem tirar o foco da questão da produtividade, afinal, “não se implementa uma política de segurança alimentar sem alimentos” (ABAG, 1993, p. 21). O texto afirmava que

As políticas macroeconômicas e as estratégias de desenvolvimento têm importante influência sobre a segurança alimentar. E embora ela esteja firmemente assentada na produção agrícola, seu aperfeiçoamento depende de outras políticas não diretamente relacionadas com a produção de alimentos, como a de emprego, renda etc. (ABAG, 1993, p. 38)

Entendia-se, portanto, que a problemática do acesso não estava diretamente associada ao modelo de produção agrícola, mas sim a questões macroeconômicas. Seguindo esta linha, pleiteava-se, por um lado, por medidas de incentivo à produção agrícola, como o aumento de subsídios ao setor e pela redução de tributos sobre os produtos agropecuários e os insumos utilizados em sua produção. Pelo outro, no que tange o acesso, defendia-se a adoção de políticas macroeconômicas, como o aumento do valor real do salário mínimo e a geração de empregos, associadas à programas complementares de caráter assistencialista, como a ampliação programas de merenda escolar e a criação de bônus-alimentação para populações específicas.

SEGURANÇA ALIMENTAR, A ABAG E A DISPUTA HEGEMÔNICA

Conforme exposto, a construção do debate sobre a segurança alimentar no Brasil se deu a partir de uma visão que era crítica aos setores dominantes da agropecuária brasileira. A apropriação das discussões sobre o tema pela ABAG pode ser compreendida, então, a partir do que Boltanski e Chiapello (2009) chamam de deslocamentos. Com o intuito de desarmar tais críticas, questões que não eram previamente consideradas por esse grupo passam a ser incorporadas, como é o caso dos debates em torno do acesso à alimentação.

A ABAG surge em um contexto de organização por parte de setores da agropecuária brasileira para a defesa de uma perspectiva intersetorial para a cadeia de alimentos e fibras no país e da adoção do conceito de agronegócio. Tal contexto começou a se conformar no período da redemocratização do Brasil, a partir dos debates em torno da Constituinte de 1988. Os anos 1980 foram marcados por um

reaquecimento dos debates sobre a reforma agrária, que haviam sido interrompidos pelo golpe militar após ganharem força no final dos anos 1950 e no início da década de 1960. O lançamento do I Plano Nacional de Reforma Agrária em 1985 e o aumento das ocupações de terra por parte dos trabalhadores sem-terra (BRUNO, 2022) levaram a uma movimentação por parte dos atores patronais, que no momento encontravam-se politicamente fragmentados. Essa movimentação resultou na criação da União Democrática Ruralista (UDR), em 1985, e da Frente Ampla da Agropecuária Brasileira (FAAB), em 1986. Com a ocasião da Constituinte de 1988, esses dois grupos agiram de forma confluyente, apesar de suas divergências, para influenciar em questões ligadas à reforma agrária e à política agrícola no país, com a ação da chamada Frente Ampla Ruralista.

A atuação desses atores no âmbito da Constituinte corresponde ao embrião do que é hoje a bancada ruralista, e significou também o início de uma reestruturação significativa no campo da agricultura patronal (BRUNO, 1997; POMPEIA, 2021), que resultou na conformação do campo político do agronegócio. Conforme argumenta Regina Bruno (1997),

Numa perspectiva histórica, a Abag não pode ser pensada isoladamente de todo um processo de mobilização e organização do patronato rural e agroindustrial brasileiro. Ela é herdeira de uma prática e de um discurso que foram se constituindo, nos últimos 30 anos, juntamente com a mudança qualitativa no padrão agrícola, a formação dos complexos agroindustriais, a internacionalização da agricultura e inúmeras transformações sociais, econômicas e políticas por que passou a sociedade brasileira. É herdeira também da mobilização patronal dos meados da década de 80 como, por exemplo, o fenômeno da União Democrática Ruralista (UDR), a criação da Frente Agrícola para a Agricultura Brasileira (Faab) e a revitalização da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB), pois, para além da diversidade de práticas e propostas, há em comum em todas essas entidades e a Abag a percepção da necessidade de valorização da agricultura, o imperativo da prática política e a priorização na construção de uma nova retórica de legitimação patronal com o Estado perante a sociedade (BRUNO, 1997, p. 38-39).

Tal retórica de legitimação mencionada por Bruno (1997) pode ser identificada no livro da ABAG, ao afirmar-se que

No dia em que o consumidor distraído, ao divisar bandejas de ovos no

supermercado, se lembrar "espontaneamente", de que está diante de um produto tecnologicamente mais complexo que uma caneta esferográfica e que o tamanho do empreendimento é bem maior do que uma granja, o granjeiro, apoiado na consciência social que valoriza sua atividade, sentir-se-á confiante para prosseguir. E o Agribusiness brasileiro terá encontrado, finalmente, o canal de acesso da comunicação com a sociedade para dizer - primeiro a seus integrantes, que, frequentemente o ignoram - que se trata do maior do negócio do Brasil. E o fará, não por autocomplacência narcisista, mas para lembrar que, se há um setor da economia, pronto e capaz de potencializar a retomada do crescimento com demanda sustentada é o Agribusiness. (ABAG, 1993, p. 20)

Bruno (2022) aponta que a consolidação da hegemonia do agronegócio se apoia em estratégias diferentes, entre as quais destaca-se a crescente convergência entre seus distintos atores políticos, baseada na defesa de pleitos unificadores, na ampliação e no fortalecimento de seus espaços de representação e na reprodução de uma imagem de classe apoiada na construção de aparatos discursivos de legitimação. A segurança alimentar entra, nesse momento, como um elemento importante na construção de legitimação desse grupo não somente junto à opinião pública, mas também perante o Estado. Apoiada na ideia de que a segurança alimentar seria a principal responsabilidade do agronegócio e adequando-se aos debates que eram traçados à época, a ABAG atuava na defesa de seus interesses e dos demais agentes do agronegócio, justificando a sua importância na construção de uma estratégia de desenvolvimento para o país. Considerando-se que no início dos anos 1990 havia ocorrido uma redução do apoio estatal às atividades agropecuárias, a inserção do agronegócio como fundamental para o enfrentamento à fome, em um momento em que o tema ganhava tração no debate público, mostrava-se uma estratégia vantajosa (POMPEIA; SCHNEIDER, 2021).

Sobre a efetividade da ABAG em dialogar com o debate sobre a segurança alimentar no país, Pompeia e Schneider (2021) destacam que, quando da realização do 1º Congresso Brasileiro de *Agribusiness*, promovido pela ABAG em 2002, o conjunto de sugestões resultante do evento dialogava diretamente com as ações de segurança alimentar promovidas pelo PT, à frente da corrida presidencial daquele ano. A habilidade da ABAG em conciliar medidas de apoio à produção e ao acesso

levou com que, ao ser eleito, o Presidente Lula convidasse o então presidente da entidade, Roberto Rodrigues, para presidir o Ministério da Agricultura. Entretanto, conforme apontam os autores, houve um desencontro entre as práticas do Ministério e as posições públicas da ABAG, na medida em que foram defendidos primordialmente os interesses de agentes do campo político do agronegócio, com foco na dimensão da produção para o combate à fome. Tal desencontro pode servir como um indício a respeito da função de legitimação exercida pela captura da segurança alimentar pela ABAG e pelo agronegócio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os anos recentes foram marcados por um retorno da insegurança alimentar e da fome no Brasil, com mais de metade da população em situação de insegurança alimentar e cerca de 33 milhões convivendo com a fome (REDE PENSSAN, 2022). Complementarmente, houve um desmonte acelerado da institucionalidade e das políticas públicas para garantia da segurança alimentar e nutricional, observado desde 2016, mas que se intensificou a partir de 2019 (DELGADO; ZIMMERMANN, 2022). Esse processo incluiu medidas como a extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), em 2019, e o desmantelamento de políticas públicas voltadas à promoção da SAN e de fortalecimento da agricultura familiar e da agroecologia, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Em contrapartida, o agronegócio brasileiro segue com recordes de exportação e faturamento, sendo o único setor que apresentou crescimento em 2020, primeiro ano da pandemia de Covid-19 (SALATI, 2021). Apesar da retomada da insegurança alimentar, o setor mantém e fortalece a sua retórica de que alimenta o mundo, sendo o responsável por garantir a segurança alimentar mundial (POMPEIA; SCHNEIDER, 2021). Em face a tal contradição, entre o aumento da insegurança alimentar e da fome em paralelo ao crescimento contínuo do agronegócio brasileiro,

o presente artigo buscou analisar como a associação entre agronegócio e segurança alimentar esteve presente desde o início da conformação deste grupo no Brasil.

A criação da ABAG em 1993 formalizou a consolidação de um projeto político-econômico para o agronegócio no país, baseado na construção de um aparato discursivo de legitimação. À época, com a intensificação dos debates em torno da segurança alimentar, o tema foi incorporado pela ABAG, que apresentou a si e ao setor como responsáveis por sua garantia, discurso que se mantém ainda hoje. Essa incorporação inseriu a segurança alimentar no discurso de legitimação do agronegócio brasileiro. Nesse sentido, este trabalho buscou contribuir para a compreensão de como a ABAG apoderou-se da temática da segurança alimentar, a partir da identificação do contexto em que a associação emerge, dos atores com quem ela dialogava e que se contrapunham a ela e ao setor que ela representa, e dos desdobramentos desse agenciamento em termos da política interna e da construção de um projeto de desenvolvimento para o país.

REFERÊNCIAS

ABAG — Associação Brasileira do Agronegócio. **Segurança alimentar: uma abordagem de agribusiness**. São Paulo: Abag, 1993.

_____. **Caderno de 20 anos**. São Paulo: Abag, 2013.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **O novo espírito do capitalismo**. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, P. **Language and symbolic power**. Cambridge: Polity Press, 2009.

BRUNO, R. **Senhores da Terra, Senhores da Guerra: A nova face política das elites agroindustriais no Brasil**. Rio de Janeiro: Forense Universitária/Ed. Universidade Rural, 1997.

_____. O Processo de Construção da Hegemonia do Agronegócio no Brasil: Recorrências Históricas e *Habitus* de Classe. **Trabalho Necessário**. v. 20, nº 41, 2022.

DELGADO, N. G.; ZIMMERMANN, S. A. Políticas Públicas para soberania e segurança alimentar no Brasil: conquistas, desmontes e desafios para uma (re)construção. **Saúde**

Amanhã: Textos para Discussão 83. 2022. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/52128>>.

GILBERT, C.; HENRY, E. La définition des problèmes publics: entre publicité et discrétion. **Revue française de sociologie**, Vol. 53, p. 35-59, 2012.

MALUF, R. S.; REIS, M. C. Conceitos e princípios de segurança alimentar e nutricional. In: ROCHA, C.; BURLANDY, L.; MAGALHÃES, R. (orgs.). **Segurança Alimentar e Nutricional: Perspectivas, Aprendizados e Desafios para as Políticas Públicas**. Rio de Janeiro, RJ: Editora FIOCRUZ, 2013.

MORUZZI MARQUES, P. E. **Segurança Alimentar: a Intervenção da Associação Brasileira de Agribusiness no Campo de Disputa e Produção Ideológica**. 1996. 127 p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade) – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 1996.

POMPEIA, C. **Formação Política do Agronegócio**. São Paulo: Elefante, 2021.

POMPEIA, C.; SCHNEIDER, S. As diferentes narrativas alimentares do agronegócio. **Desenvolvimento e Meio-Ambiente**, Curitiba, Vol. 57, p. 175-198. 2021.

REDE PENSSAN. **II VigiSAN – II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Brasil no Contexto da Pandemia de Covid-19**. Brasília: 2022. Disponível em: <<https://olheparaafome.com.br/>>.

SALATI, P. **Agropecuária foi o único setor que cresceu no PIB de 2020; entenda**. G1, 03 mar. 2021. Agro. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/agronegocios/noticia/2021/03/03/agropecuaria-foi-o-unico-setor-que-cresceu-no-pib-de-2020-entenda.ghtml>>. Acesso em: 4 abril 2023.

SHAW, D. J. **World food security: a history since 1945**. Basingstoke [England]; New York: Palgrave Macmillan, 2007.

ZIMMERMANN, S. **A pauta do povo e o povo em pauta: as Conferências Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional – democracia, participação e decisão política**. 2011. 200 p. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – CPDA/UFRRJ, Rio de Janeiro, 2011.